

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOCENTE: O CENÁRIO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Marcelo Pereira da Silva¹
Ana Carolina Trindade²
Jéssica de Cássia Rossi³

RESUMO

Os processos de midiaticização, as experiências do consumo, os ambientes de inovação e empreendedorismo constituem mudanças que remodelam e ressignificam a teoria, os métodos e a praxeologia das Relações Públicas na contemporaneidade. Por meio de revisão literária e análise de conteúdo de currículos lattes de docentes de Relações Públicas de instituições públicas e privadas das regiões Norte e Nordeste, cartografa a atuação profissional e elementos da estrutura dos cursos. Com base nestas questões, inferimos que há lacunas na formação que podem estar ligadas a defasagens entre ensino, aprendizagem e mercado.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Públicas. Formação docente. Brasil. Análise de Conteúdo.

1 INTRODUÇÃO

O ensino/aprendizagem e as práticas de mercado das Relações Públicas estão inseridos em um contexto em que diversos atores sociais (Instituições de ensino, órgãos classistas, docentes, estudantes, organizações etc.) têm funções e responsabilidades, haja vista constituírem espaços decisórios para a articulação e proposição de políticas e mudanças para a área no Brasil⁴.

Por meio de revisão literária e análise de conteúdo de currículos lattes⁵, investigamos a estruturação de cursos e a atuação de docentes de Relações Públicas de instituições

¹ Pós-Doutor em Comunicação. Docente permanente do Mestrado Interdisciplinar em “Linguagem, Mídia e Arte” e do curso de Relações Públicas da PUC-Campinas.

² Doutoranda e Mestra pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Estadual Paulista. Foi bolsista durante o Mestrado com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Unesp de Marília. Docente dos cursos de Comunicação do Centro Universitário do Sagrado Coração em Bauru e da Faculdade Eduvale de Avaré, em São Paulo.

⁴ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no XV Congresso Abrapcorp: “Comunicação, Saúde coletiva e Organizações” em 2021, em evento on-line.

⁵ Plataforma on-line do Governo Federal que armazena dados e informações sobre estudantes e pesquisadores brasileiros de instituições de todo o país.

públicas e privadas das regiões Norte e Nordeste do Brasil. A escolha dessas regiões foi aleatória e demarca o início de uma pesquisa que pretende cartografar a formação de professores de todo o país. Analisamos, com base em dados organizados em categorias, as entidades: Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Universidade de Salvador – UNIFACS; Universidade Católica de Salvador – UCSAL; Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Os primeiros cursos superiores de Relações Públicas surgiram em 1967. Desde então, houve aumento no número de graduações ofertadas no país, chegando a 112, em 2009, entre as quais, apenas 19 pertenciam a instituições públicas (FERRARI, 2017). A expansão do oferecimento de cursos acompanhou o processo de privatização da Educação Superior, as facilidades de crédito e o progresso do ensino no país.

Porém o número de cursos de Relações Públicas diminuiu, chegando a 66 em funcionamento no ano de 2015 (FERRARI, 2017). Em 2021, conforme o portal e-MEC, há 65 cursos presenciais ativos no Brasil. As causas da redução seriam a crise política e econômica vivenciada a partir de 2014, a elevada evasão e inadimplência, o distanciamento entre a formação acadêmica e profissional, o desinteresse dos docentes, a formação de egressos aquém das exigências corporativas, a falta de conhecimento do mercado sobre os benefícios da atividade, o baixo investimento em pesquisas e o contingente de outros profissionais que ocupam o espaço dos relações-públicas.

É fulcral compreender os desafios, os óbices e as oportunidades que surgem das deficiências do ensino, da teoria e da prática das Relações Públicas e propor avanços visando o aperfeiçoamento da área. As defasagens históricas na formação e atuação docente podem prejudicar o exercício pleno das Relações Públicas, as quais se tornaram indispensáveis para a sociedade, os sujeitos e as organizações.

2 AS RELAÇÕES PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE: ATUAÇÃO, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

As transformações contemporâneas impõem às organizações adequações acerca de emergentes temáticas que entrelaçam as práticas sociais, se enleando aos ambientes socioeconômicos, culturais, políticos e tecnológicos. As organizações se constituem de

agrupamentos que se associam intencionalmente por meio do alcance de objetivos comuns para satisfazer necessidades/desejos dos públicos (KUNSCH, 2016).

O princípio de dialogar, escutar e respeitar são fulcrais, haja vista desenvolver o relacionamento das organizações com os públicos, gerando a convivência em um universo midiático e permeado pelas práticas de consumo. Esta realidade posiciona a eficácia das relações como um dos baluartes para a excelência das Relações Públicas (SEMPRINI, 2006; GRUNIG, 2011; SILVA, 2016), considerando a “multidirecionalidade, equivalência de vozes e autogeração de conteúdos” propiciadas pela transformação tecnológica (CORRÊA, 2016, p. 69), na qual a acessibilidade às plataformas de mídia virtuais tornou o público “mais empoderado para desafiar políticas corporativas” (JENKINS; FORD; GREEN, 2014, p. 85).

Para Dreyer (2017), elementos que compuseram a teoria e prática das Relações Públicas, tais como as interações, as estratégias, o engajamento, a visibilidade e as políticas à pluralidade, continuam com seu protagonismo. A atividade de Relações Públicas pode atuar como serviço de inteligência comunicativa (SIMÕES, 2006), criando coerência entre as metas da organização e as expectativas dos públicos (LATTIMORE *et al.*, 2012), gerando relacionamentos que quanto mais simétricos forem, maior será a probabilidade de que as organizações construam uma imagem e reputação positiva.

As Relações Públicas estão assumindo funções gerenciais em lugar de atribuições técnicas e tornaram-se assessoras estratégicas menos preocupadas com a publicidade (GRUNIG, 2011) e mais com a excelência dos relacionamentos com os públicos, já que a reciprocidade e a conversa honesta são catalisadoras de boa vontade (VERGILI, 2014; SILVA, 2016). Dreyer (2021) assevera que os relacionamentos são o ativo mais valioso para as Relações Públicas, posto que geram retorno para a reputação e enriquecem a proposta de valor para clientes. Este cenário convida as organizações ao cumprimento da responsabilidade social, evitando, segundo Simões (2001), discursos alienantes, firmando parcerias operacionais baseadas em objetivos mercadológicos/institucionais.

3 HISTÓRIA DOS CURSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

No Brasil, a atividade de Relações Públicas teve início em 1914 com a criação do primeiro departamento da área na empresa *Light and Power Company Limited* pelo

engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo, considerado o precursor da profissão no país. Apenas em 1951 foi criada a primeira divisão brasileira de Relações Públicas na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. A função de Relações Públicas evoluiu nos anos 1950 juntamente com a democracia e o setor industrial da época. Os anos de 1970 foram marcados por práticas aplicadas por organizações privadas e públicas como as agências de Relações Públicas dos governos militares, responsáveis por promover a propaganda do regime. A partir de 1980, as Relações Públicas se fortaleceram em virtude da redemocratização e do avanço das pesquisas científicas, tornando a comunicação organizacional mais estratégica.

Nesse processo histórico, a região Norte iniciou suas práticas de Relações Públicas com o documentário *No Paiz das Amazonas* em 1922. O vídeo mostra o potencial de investimentos em Manaus no período de declínio da produção de borracha bem como a projeção da reputação da empresa do comendador J. G. Araújo (PRESTES; LIRA, 2018).

Academicamente, as Relações Públicas surgiram como disciplina no curso de Administração na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 1966 e como primeiro curso de graduação com habilitação na área em 1972. O curso teve a participação do Professor Cândido Teobaldo⁶ na disciplina de Relações Públicas em 1974 e, com grade curricular própria, a partir de 1977 (RELAÇÕES PÚBLICAS, 2019). Mais tarde, a instituição formou mestres e doutores, desenvolvendo a atividade na região. Apesar disso, a UFAM oferece o único curso ativo de Relações Públicas da região.

No Nordeste, o primeiro curso de Relações Públicas começou em 1967, na Escola Superior de Relações Públicas – ESURP, instituição particular pernambucana (ALEPE, 2007). Embora tenha sido um curso tradicional por 50 anos, em 2018, a ESURP foi descredenciada pela Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (BRASIL, 2018). Ainda em Pernambuco, havia o curso da Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP, criado em 1970, alocado em prestigiado centro de estudo de comunicação, fundado por Luiz Beltrão, pesquisador da área. Por décadas, houve a disponibilidade de vagas/formação de diversos profissionais, no entanto, a demanda foi reduzida ultimamente, levando à desativação (BRASIL, 2019).

⁶ Um dos maiores pesquisadores das Relações Públicas. Fundador do Curso de Relações Públicas da Universidade de São Paulo - USP, foi um pioneiro, colaborando na construção da área.

O curso da Universidade Potiguar, privado, único no Rio Grande do Norte, também foi extinto devido à baixa oferta de empregos (DANTAS, 2008). No Estado de Alagoas há o curso da Universidade Federal de Alagoas – UFAL), que foi instituído em 1979 por reivindicação do Sindicato de Jornalistas do Estado e estudos de mercado. Por estar alocado em uma instituição pública, o curso passou por desafios decorrentes da falta de infraestrutura e corpo docente especializado. É o único curso em funcionamento no Estado atualmente (UFAL, 2014).

A Bahia é considerada um centro de formação em Relações Públicas no Nordeste, com cursos nas instituições – UNEB, UNIFACS e UCSAL. A história das Relações Públicas na Bahia foi marcada por equívocos que dificultaram o seu desenvolvimento profissional e acadêmico. No entanto, com o passar do tempo, cresceram as oportunidades profissionais no Estado (WENDHAUSEN; CHAMUSCA; CARVALHAL; 2008).

O primeiro curso de Relações Públicas legalizado no Estado foi o da Universidade do Estado da Bahia – UNEB em 1985, por ser um curso que demandaria menos infraestrutura e fácil gestão (PAIM; ARAGÃO, 2018). Esses argumentos foram questionados, pois, à época, o Estado não contava com um setor empresarial expressivo, o que pode ter prejudicado o avanço da profissão na região (WENDHAUSEN; CHAMUSCA; CARVALHAL, 2008).

A Universidade de Salvador – UNIFACS, particular, foi a segunda a oferecer o curso a partir de 1989 (BRASIL, 1989) e outro destaque é a Universidade Católica de Salvador – UCSAL, com grade curricular criada em 2001. A instituição não ofertou turmas no período de 2010 a 2017, passando por reformulação e, atualmente, encontra-se em atividade. Há, também, a graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que começou suas atividades em 1977 em meio ao crescimento de cursos na região e às demandas do mercado por profissionais especializados (UFPB, 2017).

Por fim, o curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – foi estruturado em 1970, seguindo a matriz curricular da área de comunicação da Universidade de São Paulo (UFMA, 2018). É o único do estado em funcionamento até o momento (BASTOS, 2019).

Os fatos apontados demonstram uma trajetória investida de avanços, possibilidades, equívocos e desafios peculiares à realidade de cada instituição e estado, muito significativos

para as Relações Públicas, sugerindo a necessidade de reformulações e ressemantizações na teoria, nas metodologias e nas práticas da área em nível acadêmico e mercadológico.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE CURRÍCULOS LATTES DE DOCENTES: AS RELAÇÕES PÚBLICAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Optamos pela análise de conteúdo por ela possibilitar a organização de técnicas diversificadas para análises de comunicações de forma qualitativa e quantitativa. Na primeira, examinamos a presença ou não de uma característica e, na segunda, a constância dessas características. A reunião de dados e de frequências possibilitam que a inferência demonstre o que pode estar “retido por qualquer mensagem” (BARDIN, 2011, p. 15), auxiliando no encontro de informações, dados e significados. O foco do estudo do conteúdo, de acordo com Fonseca Júnior (2005), justifica-se por servir de instrumento de inteligência para avaliação e monitoramento.

A análise de conteúdo tem duas funções: heurística, que busca enriquecer o estudo exploratório, e de administração de prova, reunindo hipóteses sob a forma de afirmações provisórias que podem ser verificadas para confirmação ou infirmação, quando a análise serve de prova (BARDIN, 2011). Esses papéis podem coexistir e se complementar. Krippendorff (1990) afirma que a análise de conteúdo se orienta de modo empírico, exploratório e se vincula a fenômenos reais, permitindo uma avaliação crítica com independência de resultados.

Iniciamos os procedimentos por meio de uma leitura flutuante dos Currículos Lattes dos docentes das instituições selecionadas e apresentadas. Ao visualizar as informações coletadas na amostra de oitenta e quatro currículos (84), realizamos a codificação e categorização. Demonstramos as inferências na terceira fase, relatando a formação dos docentes que atuam nos cursos em funcionamento no Norte e Nordeste do Brasil.

Dessa forma, o percurso metodológico deste estudo compreendeu três fases: a primeira contemplou o referencial teórico; a segunda abarcou a coleta de dados no site do Cadastro e-MEC – Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e sites institucionais; e a análise de conteúdo dos currículos lattes de docentes das instituições selecionadas.

5 PROTOCOLO DE ANÁLISE: CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DO CORPUS

Demonstramos os três critérios utilizados com a finalidade de contemplar a segunda fase do percurso metodológico:

1º critério: iniciamos a coleta no site do e-MEC no dia 2 de julho de 2020. Selecionamos a ferramenta “Consulta Avançada”; buscamos por curso, inserimos Relações Públicas no campo de curso e colocamos em “Unidade da Federação” o estado para encontrar as instituições com modalidade presencial ativa. Verificamos que nos estados do Acre, Amapá, Ceará, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins não há nenhum curso ativo (Figura 1).

Figura 1 – Instituições ativas no e-MEC.

Norte Manaus/Amazonas	Nordeste Maceió/Alagoas	Nordeste Salvador/Bahia	Nordeste São Luís/Maranhão	Nordeste João Pessoa/Paraíba
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Universidade de Salvador (UNIFACS)	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Pública/1977	Pública/1979	Particular/1990	Pública/1976	Pública/1977
e-MEC: Conceito 5 (2019) ENADE: 4 (2009)	e-MEC: sem conceito ENADE: 2 (2009)	e-MEC: Conceito 4 (2017) ENADE: 4 (2009)	e-MEC: Conceito 5 (2019) ENADE: sem conceito	e-MEC: sem conceito ENADE: sem conceito
		Universidade Católica do Salvador (UCSAL)		
		Particular/2001		
		e-MEC: sem conceito ENADE: sem conceito		
		Universidade do Estado da Bahia (UNEB)		
		Pública/1986		
		e-MEC: sem conceito ENADE: 3 (2009)		

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

2º critério: Baseado no site de cada universidade, selecionamos os docentes dos cursos de Relações Públicas para coletar informações dos currículos lattes. Reunimos 84 currículos, os quais passaram por uma pré-análise com a finalidade de sistematizar ideias iniciais para elaborar esquema preciso das operações em um plano de análise (BARDIN, 2011). Em relação aos docentes cadastrados na plataforma, apenas um, da Universidade Católica do Salvador não tem registro ou o nome está diferente do que está disponibilizado no site institucional.

3º critério: Por meio da análise de conteúdo, as informações coletadas foram reunidas em uma planilha de *Excel*, possibilitando a codificação mediante a leitura flutuante

dos dados e a reunião de elementos homogêneos. Com a exploração deles, elaboramos duas categorias com critérios de diferenciação. Durante este procedimento, a categorização foi organizada de maneira quali-quantitativa, importando a frequência ou ausência de informações para o enquadramento nas categorias e subcategorias.

6 ANÁLISE DE CONTEÚDO DE CURRÍCULOS LATTES: APRESENTANDO DADOS

A figura 2 apresenta as categorias e subcategorias acrescidas de seus componentes. A última coluna mostra informações docentes no período de agosto a outubro de 2020 nos currículos analisados.

Figura 2 – Análise de Conteúdo dos currículos lattes.

Categorias	Subcategoria	Componentes	nº de docentes
Formação / Titulação	Graduação na área de Relações Públicas	Relações Públicas; Comunicação Social; Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas;	57
	Graduação fora da área de Relações Públicas	Administração; Jornalismo; Filosofia; Ciências Sociais; Letras; História; Artes visuais; Design; Educação Artística; Publicidade e Propaganda; qualquer outra; ou sem informação no Lattes	27
	Mestrado na área	Titulação em Comunicação e/ou áreas correlatas - entende-se Ciências da Comunicação e Multimídias	31
	Mestrado fora da área	Qualquer outra área de Mestrado ou não possui a titulação	53
	Doutorado na área	Titulação em Comunicação e/ou áreas correlatas como Ciências da Comunicação, da informação e Multimídias	30
	Doutorado fora da área	Qualquer outro Doutorado, em andamento ou não possui a titulação	54
	Pós-Doutorado	Possui a titulação ou em andamento	3
	Experiência Acadêmica	Professor de Graduação	Atua no curso de Relações Públicas
Professor de Pós-Graduação Stricto Sensu/Pesquisador		Atua em cursos Stricto Sensu	9

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A análise dos 84 currículos originou os seguintes resultados na categoria Formação/Titulação: 67% dos docentes têm diploma de graduação na área de Relações Públicas e 33% são formados em Publicidade e Propaganda, Jornalismo, História, Artes Visuais, Letras, Filosofia, Estatística, Ciências Sociais, Sociologia etc., atuando direta ou indiretamente como docentes e/ou orientadores de trabalhos científicos de Relações Públicas. Evidenciando que o diploma na área não é requisito para exercer a docência nos cursos pesquisados e que cerca de 1/3 dos docentes de outras áreas exercem papel nos cursos de Relações Públicas.

O número de Mestres na área que envolve o campo das Relações Públicas é inferior em relação as outras áreas: 37% apresentam titulação em Comunicação e/ou áreas correlatas como Ciências da Comunicação, Ciências da Informação e Múltiplos Meios, e 63% têm mestrado em outras áreas. No doutorado, esta diferença se mantém: 35,7% são Doutores na área de Comunicação e afins, e 64,2% fora da área de Comunicação. Apenas 3,5% dos docentes fizeram pós-doutorado ou estão com a formação em andamento. As titulações *stricto sensu* não compreendem majoritariamente a Comunicação e as áreas de pesquisas e/ou objetos de estudos contemplam assuntos que podem ser mais relevantes para outros campos ou que não abordam questões ligadas às Relações Públicas.

Em relação à experiência acadêmica: 91,6% professores disponibilizam os nomes de disciplinas ou áreas de atuação, e 8,4% não apresentam informações sobre se exerce a atividade de professor no curso de Relações Públicas. Apesar de a maioria dos professores atuarem na graduação de Relações Públicas, deve haver um número significativo de docentes que lecionam em outros cursos de comunicação ou áreas correlatas devido à formação multidisciplinar. Destes currículos, apenas 10,7% dos docentes atuam em cursos *stricto sensu* com orientação de dissertações e/ou teses, o que parece fator desfavorável, haja vista que a inserção de docentes na pós-graduação pode fomentar financiamentos para trabalhos que abordem o universo da comunicação organizacional em nível local, estimulando investigações acerca das Relações Públicas, se tem assumido funções gerenciais ou apenas técnicas (GRUNIG, 2011), se as organizações praticam a reciprocidade (VERGILI, 2014; SILVA, 2016) e cumprem com sua responsabilidade humano-social, esquivando-se de discursos indiferentes (SIMÕES, 2001), pouco elucidativos e dessincronizados da realidade.

7 ANÁLISE, RESULTADOS E INFERÊNCIAS

A análise de conteúdo permitiu, inicialmente, identificar dados quantitativos e qualitativos sobre a formação/atuação docente nos cursos de Relações Públicas. As universidades públicas tiveram protagonismo na criação dos cursos na região Norte e Nordeste, que se deu, majoritariamente, nos anos de 1970 e 1980. Destacamos dois cursos em instituições privadas: um inaugurado em 1990 e outro em 2000, ambos instalados em Salvador/BA. Os cursos têm duração de quatro anos, com exceção da UCSAL, que apresenta sete semestres em sua matriz curricular (ROCHA, 2017).

As instituições se concentram em grandes centros urbanos e, por vezes, industriais (como Salvador e Manaus), nas quais a necessidade de profissionais de Relações Públicas pode ser maior. Os dados indicam que a procura pelo curso pode ser motivada por fatores que se alteram, como as condições político-econômicas das regiões, a oferta de empregos na área, situações socioculturais como o uso das tecnologias digitais para a interação entre organizações e públicos e a oferta de serviços de inteligência de Relações Públicas.

Quanto ao corpo docente, as informações mostram que a formação tem suporte de outras áreas científicas e requer maior especialização em Relações Públicas. A atuação dos acadêmicos está direcionada para a formação de relações-públicas para o mercado de trabalho e pouco para a pesquisa. À medida que esses profissionais aperfeiçoarem a formação *stricto sensu* e atuarem em programas de pós-graduação, o desenvolvimento de novos pesquisadores poderá ser mais intenso.

O fato de mais de 60% dos docentes terem mestrado e/ou doutorado fora da área de Comunicação mostra-nos a natureza multidisciplinar da formação; por outro lado, aponta-nos certa quantidade mínima de dissertações e teses que investiguem as Relações Públicas como campo de conhecimento e não somente na interface com outros campos de saber. É fundamental que pesquisas científicas, básicas e/ou aplicadas, destaquem as Relações Públicas e produzam conhecimento que possa impactar em percepções e intervir na praxeologia, como ciência da ação humana (VON MISES, 2018), no contexto das regiões Norte e Nordeste.

A ausência de informações sobre o incentivo de financiamento público em pesquisas *stricto sensu* seria um outro indicativo constatado. Uma pesquisa sobre as entidades de

fomento na região Norte e Nordeste, encontramos⁷: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB; Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ. Órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes são fundações federais vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Educação, respectivamente. 39% dos currículos analisados não apresentam nenhum dado sobre financiamento para a realização do mestrado e/ou doutorado. Em relação aos docentes que receberam financiamento para pesquisas, em algum momento da formação, correspondem a 61%, financiados, majoritariamente, pela Capes.

A Paraíba se destaca em relação ao financiamento em pesquisa. A totalidade dos currículos apresenta financiamentos da Capes e do CNPq, sendo ausente a participação do órgão estadual, a FAPESQ. Esta situação não aconteceu nos outros estados, onde estiveram presentes todos os órgãos estaduais e federais. Ademais, destacamos uma possível variável difícil de ser analisada em que se encontram os casos de informações ocultadas no lattes, seja por descuido ou esquecimento durante o preenchimento.

Com estas informações, o conhecimento produzido em certas localidades poderá traçar o “estado da arte” e ajudar na investigação de práticas e processos de Relações Públicas que contribuam com o desenvolvimento regional de organizações, sujeitos, cidades, comunidades e sociedades. Sem a produção consistente, por meio de variadas metodologias científicas que destaquem a comunicação organizacional, não se oportuniza a produção de visibilidade, se corrijam equívocos históricos e se desconstruam estereótipos e visões reificadoras que dificultam o entendimento fidedigno das Relações Públicas por parte dos estudantes, do mercado, da população, das entidades etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Não foram considerados financiamentos internacionais.

Os princípios do diálogo, da escuta e do convívio social são condições para as organizações estabelecerem, manterem e aprimorarem os relacionamentos com os públicos, já que podem gerar propostas e ações comunicativas em um universo midiático e permeado por práticas de consumo. A eficácia comunicacional é um dos sustentáculos para a excelência das Relações Públicas na/para a sociedade e organizações (SIMÕES, 2001; SEMPRINI, 2006; KUNSCH, 2016; GRUNIG, 2011; SILVA, 2016; DREYER, 2017/2021).

As Relações Públicas são complexas, não apenas por sua atuação, mas por seu impreciso arcabouço teórico-metodológico ainda não ser amplamente conhecido, limitando sua relevância científica, profissional e social. Neste sentido, este artigo sinaliza pontos críticos da formação/atuação docente na região Norte e Nordeste do Brasil.

Baseados na análise de conteúdo (BARDIN, 2011; KRIPPENDORFF, 1990, FONSECA JÚNIOR, 2005), elencamos 7 instituições de ensino superior, 84 docentes, um total de 476 vagas ofertadas anualmente, 200 delas em universidades privadas (2 universidades) e 276 em públicas (5 universidades).

As IES estudadas têm o curso de Relações Públicas ativo e são universidades, ou seja, possuem cursos de pós-graduação *strictu sensu* em diferentes áreas, fato que evidencia investimento institucional em cursos de formação mais complexa que oxidam a produção de conhecimento, promovem a circulação de informação na região e interferem na realidade socioeconômica, ainda que não sejam cursos ligados ao campo das Relações Públicas. Revela, também, que a instituição porta uma cultura de pesquisa científica, inclusive com docentes dos programas de mestrado e doutorado atuando na graduação, o que pode qualificar as aulas e encorajar os discentes à pesquisa.

Nosso estudo mostra uma realidade acadêmica multifacetada, com a concentração de cursos em cidades como Salvador/BA e a escassez na região Amazônica, com apenas o curso da UFAM. O corpo docente tem formação razoavelmente especializada na área de Relações Públicas, mas ainda com suporte significativo de outros campos. Além disso, a formação multidisciplinar docente sugere a atuação em outras graduações.

Quando se trata de pesquisa, a laboração docente ainda está em desenvolvimento, tanto na educação *stricto sensu* quanto na participação em programas de mestrado e doutorado, mas com possibilidade de amadurecimento. Predomina um processo de formação de profissionais voltados para o mercado de trabalho que pode impactar na

produção de conhecimento e valorização como área estratégica, ainda em desenvolvimento no Brasil (ROSSI; SILVA, 2013). Em relação aos conceitos no e-MEC ou ENADE, há cursos sem avaliação ou que não apresentam mais informações. Esta limitação aponta para a necessidade de transparência das universidades, já que prejudica o levantamento da condição das graduações e a qualificação dos profissionais que estão se formando.

A realidade das Relações Públicas, neste artigo, lança luz sobre a forma como os cursos e o corpo docente se disseminaram, desenvolveram e se extinguíram, conforme a dinâmica histórica, econômica, social, mercadológica e cultural de cada localidade. Todos contribuíram para a formação em Relações Públicas, apresentando avanços e superando desafios que estimulam o aperfeiçoamento da profissão.

Há pontos que podem ser explorados para mapear com mais profundidade o cenário da docência das Relações Públicas no Norte e Nordeste do Brasil, tais como a infraestrutura dos cursos, a opinião dos discentes, o nível de empregabilidade dos egressos, quantidade de estudantes em estágios, qualidade teórico-metodológica dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs e monografias, temáticas das dissertações e teses de doutorado defendidas pelos docentes analisados, inserção dos egressos em cursos de mestrado, quantidade de pesquisas científicas relacionadas às Relações Públicas financiadas por órgãos de fomento etc.

Os resultados da análise de conteúdo de currículos lattes dão relevo a uma longa estrada do conhecimento que carece de pavimentação: formação mais desenvolvida dos docentes – que vai reverberar na formação estudantil –, investimento em pesquisa básica e aplicada em Relações Públicas, divulgação científica mais eficaz, atuação mais eficiente de órgãos de classe, diminuição do distanciamento entre a formação acadêmica e as necessidades do mercado. Muitos são os desafios. As oportunidades também.

REFERÊNCIAS

ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado do Pernambuco. Ensino Superior – Esurp celebra 40 anos de existência. **ALEPE**, 07 dez. 2007. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/2007/12/07/ensino-superior-esurp-celebra-40-anos-de-existencia/>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Luiz Gabriel. Curso de Relações Públicas comemora avaliação positiva do MEC no dia de celebração da área. **Universidade Federal do Maranhão**, Notícias, São Luís/MA, 02 dez. 2019.

Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=55358>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.377, de 11 de novembro de 1967**. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Brasília - DF. Nov. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5377-11-dezembro-1967-359069-norma-pl.html>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 63.283, de 26 de setembro de 1968**. Aprova o Regulamento da Profissão de Relações Públicas. Brasília - DF. set. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63283-26-setembro-1968-404540-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 97.907, de 05 de julho de 1989**. Autoriza o funcionamento do Curso de Comunicação Social da Escola Baiana de Comunicação Social, 1989. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-97907-1989_50365.html. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **Despacho nº 12 de 8 de março de 2018**. Brasília/DF: Ministério da Educação. 8 mar. 2018. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt/?example=normative-administrative-act-online-1>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação. Portaria nº **2.145, publicada no D.O.U. de 13/12/2019, Seção 1, Pág. 76. Brasília/DF. 2019**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2019/130521-pces807-19-1/file>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CORRÊA, Elizabeth Saad. A comunicação na sociedade digitalizada: desafios para as organizações contemporâneas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org). **Comunicação Organizacional Estratégica – aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016.

DREYER, Bianca Marder. **Relações Públicas na Contemporaneidade** – Contexto, Modelos e Estratégias. São Paulo: Summus, 2017.

_____. **Teoria e Prática de Relações Públicas: uma metodologia para diagnosticar, construir e obter resultados com os relacionamentos**. São Paulo: Summus, 2021.

DANTAS, José Guibson. A Miopia no Ensino das Relações Públicas no Nordeste e o Eminente Risco de Extinção do Curso na Região. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN - **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008.

E-MEC. Cadastro e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. **e-MEC, 2021**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 jul. 2021.

FERRARI, Maria Aparecida. Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem. **Tese (Livre-docência)**. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GRUNIG, James E. Teoria da Excelência das Relações Públicas. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamento**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

JENKINS, Henry; FORD, Sam. GREEN, Joshua. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Editora ALEPH, 2014.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org). **Comunicação Organizacional Estratégica – aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016.

LATTIMORE, Dan *et al.* **Relações públicas: profissão e prática**. 3 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

PAIM, Zilda Fátima da Silva; ARAGÃO, Cláudia Regina Dantas. Memórias de um curso: bastidores da história das matrizes curriculares do Curso de Graduação em Relações Públicas da UNEB. In: **XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Juazeiro, BA: Intercom, 2018.

PRESTES, Luana Gomes; LIRA, Aline Ferreira. Índícios das atividades de Relações Públicas no Amazonas do início do século XX: um olhar sobre o filme No Paiz das Amazonas. **Conexões – Revista de Relações Públicas e Comunicação Organizacional**, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2018.

RELAÇÕES PÚBLICAS. História. Universidade Federal do Amazonas. **UFAM**, 2019. Disponível em: <https://www.rpufam.com/historia>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ROCHA, Ana Elisa. Relações Públicas - Bacharelado. **UCSAL** - Universidade Católica do Salvador, Salvador/BA, 11 set. 2017. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/graduacao/cursos/relacoes-publicas-bacharelado>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ROSSI, Jéssica de Cássia; SILVA, Marcelo da. A Perspectiva Estratégica das Relações Públicas nos Estudos da Comunicação: uma revisão literária do cenário paulista. **Revista Cambiassu**, São Luís, n. 13, jul./dez. de 2013.

SEMPRINI, Andrea. **A Marca Pós-Moderna: Poder e Fragilidade da Marca na Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

SILVA, Marcelo da. A comunicação corporativa na sociedade de consumidores: do discurso da felicidade ao mundo da decepção. **Revista de Estudos da Comunicação**, [S.l.], v. 17, n. 42, nov. 2016.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Informação, inteligência e utopia: contribuições à teoria de relações públicas**. São Paulo: Summus, 2006.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do curso de graduação em Relações Públicas Bacharelado. Maceió/AL, 2008. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/projeto-pedagogico-de-relacoes-publicas>. Acesso em: 3 mar. 2021.

UFAM. História do curso de Relações Públicas. **Site Institucional Curso de Relações Públicas da UFAM**, 2019. Disponível em: <https://www.rpufam.com/historia>. Acesso em: 22 fev. 2021.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Projeto Pedagógico Curso Comunicação Social – Relações Públicas. São Luís/MA, 2018. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/zA5anGwC2A1UY3j.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Públicas. João Pessoa/PB. 2016. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/rp/contents/matriz-curricular/ppc-relacoes-publicas-2017.1.pdf/view>. Acesso em: 3 mar. 2021.

VERGILI, Rafael. **Relações públicas, mercado e redes sociais**. São Paulo: Summus, 2014.

VON MISES, Ludwig. **As seis lições**. 9ª edição. São Paulo: LVM, 2018.

WENDHAUSEN, Henrique; CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. Panorama Histórico das Relações Públicas na Bahia. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de. **História das Relações Públicas – fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 583-598.

GRADUATION AND TEACHING: THE PUBLIC RELATIONS SCENARIO IN THE NORTH AND NORTHEAST REGIONS OF BRAZIL

ABSTRACT

The mediatization processes, the consumption experiences, the innovation, and entrepreneurship environments emerging changes that remodel and give new meaning to the theory, methods, and praxeology of contemporary Public Relations. By means of a literary review and content analysis of latent curricula of Public Relations documents from public and private institutions in the North and Northeast regions, it maps the professional performance and elements of the structure of the courses. Based on these questions, we infer that there are gaps in training that may be linked to gaps between teaching, learning and the market.

Keywords: Public Relations. Graduation. Brazil. Content Analysis.

FORMACIÓN Y ACTUACIÓN DOCENTE: EL ESCENARIO DE LAS RELACIONES PÚBLICAS EN LAS REGIONES NORTE Y NORDESTE DE BRASIL

RESUMEN

Los procesos de mediatización, las experiencias de consumo, los entornos de innovación y emprendimiento constituyen cambios que remodelan y resignifican la teoría, los métodos y la praxeología de las Relaciones Públicas en lo contemporáneo. Mediante revisión literaria y análisis de contenido de los currículos de profesores de Relaciones Públicas de instituciones públicas y privadas de las regiones Norte y Nordeste, analizamos los datos para mapear el desempeño profesional y elementos de la estructura de los cursos. Basados en estas

informaciones, inferimos que existen brechas en la formación que pueden estar relacionadas con un retraso en la enseñanza, aprendizaje y mercado.

Palabras-clave: Relaciones Públicas. Formación docente. Brasil. Análisis de Contenido.

Recebido em: 28/11/2021

Aceite em: 15/04/2022